



Revista del CESLA
ISSN: 1641-4713
ISSN: 2081-1160
revistadelcesla@uw.edu.pl
Uniwersytet Warszawski
Polonia

Da Polônia ao Brasil (1933-1945): memórias dos refugiados do nazismo e sobreviventes do Holocausto

Tucci Carneiro, Maria Luiza; Siuda-Ambroziak, Renata

Da Polônia ao Brasil (1933-1945): memórias dos refugiados do nazismo e sobreviventes do Holocausto

Revista del CESLA, núm. 20, 2017

Uniwersytet Warszawski, Polonia

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243354741017>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0.

Da Polônia ao Brasil (1933-1945): memórias dos refugiados do nazismo e sobreviventes do Holocausto

From Poland to Brazil (1933-1945): Memories of Refugees
from Nazism and Holocaust Survivors

Maria Luiza Tucci Carneiro [*] malutucci@gmail.com

Universidade de São Paulo, Brasil

Renata Siuda-Ambroziak [**] r.siuda@uw.edu.pl

Universidade de Varsóvia, Polónia

Revista del CESLA, núm. 20, 2017

Uniwersytet Warszawski, Polónia

Recepção: 01 Outubro 2017
Aprovação: 30 Novembro 2017
Publicado: 30 Dezembro 2017

Redalyc: [https://www.redalyc.org/
articulo.oa?id=243354741017](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243354741017)

Resumo: O artigo tem como objetivo divulgar os testemunhos dos poloneses de origem judaica que buscaram refúgio no Brasil, fugindo das perseguições nazistas ou como sobreviventes do Holocausto, no pós-guerra. Do ponto de vista metodológico, referindo-se aos estudos sobre a memória e esquecimento na história oral, as autoras concentram-se na pesquisa biográfica dos depoentes, especialmente nas situações descritas e entendidas como rupturas – mudanças dramáticas no percurso da vida dos entrevistados como: judeus na Polónia; refugiados; e, finalmente, brasileiros.

Palavras-chave: Brasil, Polónia, antissemitismo, judeus poloneses, Holocausto, refugiados.

Abstract: The article aims to disclose the testimonies of Polish Jews who sought refuge in Brazil fleeing Nazi persecutions or as post-war Holocaust survivors. From the methodological point of view, referring to the studies on memory and forgetfulness in oral history, the authors focus on the biographical research of the interviewees, especially in the situations described and understood as ruptures: dramatic changes over the course of their lives as: Jews in Poland; refugees; and, finally, as Brazilians.

Keywords: Brazil, Poland, anti-Semitism, Polish Jews, Holocaust, refugees.

Introdução

O presente artigo baseia-se numa parte do material que compõe o Dossiê Arqshoah Memórias-1 (www.arqshoah.com), dedicado a divulgar os testemunhos dos judeus poloneses registrados pela equipe de pesquisadores do Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo (Arqshoah) - um dos núcleos de estudos do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) do Departamento de História da Universidade de São Paulo. O conjunto desses registros pode ser entendido como uma extensão das pesquisas dedicadas a divulgar a história e (re)construir a memória dos refugiados do nazismo e dos sobreviventes do Holocausto radicados no Brasil.

Selecionamos um conjunto de histórias de vidas de poloneses de origem judia que, a partir da ocupação da Polónia pela Alemanha em 1939, tiveram suas vidas alteradas pela violência e pelo terror. Nosso principal objetivo é o de preservar essa memória que, apesar de fragmentada, reúne expressivas narrativas daqueles que estiveram entre a vida e a morte. Esses

testemunhos são fundamentais para compreendermos o que aconteceu nas vidas dos indivíduos que sobreviveram ao Holocausto em meio a Segunda Guerra Mundial, ainda que sejam múltiplas as versões e leituras possíveis desses testemunhos. Onde foi possível, complementamos os fragmentos das narrativas com fotografias e documentos pessoais, providenciados pelos depoentes, importantes registros da memória que complementam as informações gravadas durante as entrevistas, marcas de um repertório único, expressões de uma experiência intransferível.

Apesar de estarmos diante de um “objeto sem limites” – considerando as tensões que envolvem as possíveis representações da Shoah – decidimos inventariar em caráter emergencial as lembranças, por mais “cortadas” ou imprecisas que fossem, dos refugiados e sobreviventes da Polônia que optaram pelo Brasil como um refúgio. A partir da experiência de coletar os dados, constatamos que nem todos querem se lembrar do passado e nem todos recordam-se bem dos detalhes, tendo em vista o distanciamento dos fatos e a idade avançada. Constatamos também que há diferenças nas formas de “lembrar”, pois uns mais do que outros estão sujeitos ao esquecimento, ou à ausência de comunicação com os seus pares ou com a sua comunidade (Pollak, 1989; Halbwachs, 1990). Na relação entre memória e esquecimento consideramos também que muitas vezes faltam incentivos para que o sobrevivente narre a sua história de vida que esteve (e ainda está) relegada a um segundo plano por seus familiares. O silêncio nem sempre é proposital, mas imposto por aqueles que, ao seu lado, simplesmente “preferem não ouvir”.

Assim, há necessidade de mobilizar esta memória que está constantemente aberta à dialética do lembrar e do esquecer, como muito bem nos alertou Pierre Nora em sua clássica obra *Les lieux de mémoire* (1984). Por isso, não desprezamos nenhum comentário, ainda que o sobrevivente não se recorde com precisão dos nomes ou dos fatos históricos, ainda que seja visível que ele faça uma seleção dos fatos que considera ou não importantes para o registro. Diante dessas constatações, nos concentramos somente numa parte das memórias ligadas à vida dos depoentes durante a guerra, às razões e estratégias aplicadas para sair da Polônia e da Europa, à viagem para o Brasil e aos inícios da vida do outro lado do Atlântico.

Muitas vezes – para nós que não vivemos aquele momento, mas conhecemos os fatos pelos livros e testemunhos – as versões apresentadas pelos sobreviventes podem parecer desfocadas, aumentadas ou até mesmo censuradas. Mas a memória, sabemos disso, é suscetível a longos períodos de hibernação, como se precisasse ser triturada e fermentada antes de ser maturada. A memória é como um produto fabricado pelo ser humano: complexa e multifacetada (Nora, 1984: 3, 24). Cabe assim a nós, como ouvintes, identificarmos as marcas e os vestígios da história que emergem dessas narrativas, muitas vezes subjetivas, conectadas ao “eu” de quem narra, mas que não devem ser desprezadas (Lasch, 1986). Assim podemos colaborar, como cientistas, para a construção da memória coletiva deste grupo polonês, radicado no Brasil, procurando frisar sempre

que necessário, as cicatrizes que ainda sangram com as lembranças dos depoentes.

As narrativas dos sobreviventes poloneses de origem judaica radicados no Brasil nos oferecem uma perspectiva e dimensão históricas interessantes não somente acerca do genocídio instigado pelo nazismo, já bastante bem pesquisado, mas também dos refúgios forçados dos judeus poloneses e do recomeço das suas vidas do outro lado do Atlântico. As lembranças permitem explorar as fronteiras da memória individual – que por definição é única – e trazem elementos comuns para a construção da memória intersubjetiva, definida como coletiva.

Para esse artigo selecionamos fragmentos das seguintes histórias de vida, testemunhos pessoais: Arie Czertok (Xangai, China, 1944)[2]; Ben Abraham [Henry Nekrycz] (Łódź, Polônia, 1924; São Paulo, 2015)[3]; Josef Freihof (Kraśnik, Polônia, 1924; Rio de Janeiro, Brasil, 2016)[4]; Markus Gottlieb (Lwów, Polônia, 1920; São Paulo, Brasil, 2003)[5]; Dina Klug Jakubowicz (Bełchatów, Polônia, 1920)[6]; Samuel Klein (Zaklików, Polônia, 1923; São Paulo, Brasil, 2014)[7]; Wolf Litwak (Parczew, Polônia, 1921)[8].

Procuramos, antes de tudo, identificar os fatos descritos pelos entrevistados como “rupturas”, ou seja, momentos em que suas vidas foram completamente alteradas e comprometidas pelas práticas do Plano de Extermínio idealizado pela Alemanha nazista. Os fragmentos selecionados nos ajudam a reconstruir a memória dos judeus poloneses radicados no Brasil, dando ênfase às suas próprias palavras que, no contexto das suas frases, nos ajudam a perceber:

o significado da ocupação nazista da Polônia na vida familiar e na coletividade judaica polonesa;

as opções, estratégias e rotas de fuga;

as dificuldades e os laços de solidariedade que garantiram a sobrevivência individual ou coletiva;

a entrada no Brasil e adaptação à nova vida.

Com o registro dessas memórias procuramos captar os momentos de emoção/trauma sobre o passado marcado por “rupturas” procurando identificar as redes de solidariedade que se formaram por meio da ação de indivíduos e de associações católicas e judaicas, nacionais e internacionais, investidas da missão de salvar vidas em tempos sombrios. Outro aspecto a ser considerado é a postura de alguns agentes diplomáticos que, apesar de perceberem a catástrofe que tomava conta da comunidade judaica polonesa, dificultaram substancialmente a emissão de vistos aos judeus. Isso se aplicava ao corpo diplomático brasileiro – os diplomatas em missão no exterior estavam proibidos de emitir vistos aos judeus por imposição do governo brasileiro, que emitiu inúmeras Circulares Secretas de cunho antissemita, entre 1937-1949, sendo a primeira de n.1.127 (Carneiro, 1996, 2001, 2010; Koifman, 2002; Lesser, 1995).

Ressaltamos também os resultados do refúgio no Brasil que, certamente, não foi fácil. Daí apresentarmos os problemas, as pequenas e as grandes conquistas que marcaram a vida dos refugiados na nova terra (Carneiro, Mizrahi, 2017). Nesse contexto retomamos a frase de Paul

Ricoeur (1994: 119): “...porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar”.

Europa em fogo: o início da guerra e as estratégias de sobreviver

O início da Segunda Guerra Mundial após a ocupação da Polônia pela Alemanha é uma das principais datas/rupturas citadas por todos os entrevistados como o momento/marco do começo de uma grande instabilidade. Para os judeus perseguidos e rotulados como “raça inferior” e “traidores da pátria” não restaram muitas opções: permanecer com a sua comunidade de origem e ser condenado à morte, ou tentar fugir em busca de um refúgio, ainda que provisório. Os sobreviventes falam da vida nos guetos, do trabalho escravo nos campos de concentração, das despedidas e da morte dos seus entes mais queridos. Momentos inesquecíveis, traumáticos.

Quando os alemães ocuparam a Polônia, em setembro de 1939, eu fui confinado no gueto e, posteriormente, enviado para os campos de concentração de Braunschweig, Watenstedt, Ravenbrück e Auschwitz-Birkenau, minha família foi dizimada: dentre 200 parentes apenas eu e um primo sobrevivemos. (...) Naquela época, eu tinha 14 anos. Seis dias depois, as tropas alemãs entraram na minha cidade natal, Łódź. Imediatamente, começaram as perseguições aos judeus: os religiosos tiveram suas barbas cortadas e os mais fortes eram presos e levados para trabalhos forçados. Os mais rebeldes foram levados na calada da noite e nunca mais voltaram. Todos os judeus, desde os 5 até os 80, 90 anos, foram obrigados a usar uma braçadeira branca com uma estrela de David azul no braço direito. Nas ruas, sofriamos humilhações, pontapés, chicotadas e outros castigos. O gueto de Łódź foi instalado em 8 de fevereiro de 1940, em um bairro miserável, cercado com arame farpado. (...) No primeiro ano, o inverno foi muito rigoroso, quando a temperatura chegou a mais ou menos -30°C. A gente desmontava cercas de madeira para se aquecer. (...) Ali ficamos confinados como animais (...).

No verão de 1944, quando as tropas soviéticas chegaram a Varsóvia, o gueto de Łódź deveria ser liquidado. Então, os alemães entraram, cercaram uma rua atrás da outra, retirando as pessoas e mandando para um lugar desconhecido. E eu e minha mãe (Ida Nekrycz) também fomos deportados, aprisionados em vagões de trem fechados, com carga, sem higiene (...). Depois, éramos retirados aos gritos dos vagões e separados em três grupos: homens velhos e inaptos para o trabalho, mulheres grávidas e mulheres que não quiseram se separar de suas crianças iam diretamente para a morte. Os outros passavam pela seleção, e os mais aptos eram levados para trabalhos forçados. Nos campos de extermínio, as pessoas eram asfixiadas nas câmaras de gás e/ou depois queimadas nos crematórios. Os alemães aproveitavam tudo que tiravam dos prisioneiros: cortaram cabelos das mulheres para comercializar, cortaram os seus dedos para tirar anéis e, depois, levavam todos para os fornos. (...) Essa foi a última vez que vi minha mãe. Soube depois que ela foi para o crematório, para a câmara de gás. Eu fui levado para Auschwitz, onde fiquei até a primavera de 1945.

Com a aproximação das forças aliadas após a invasão da Normandia, o nosso campo foi desativado e os prisioneiros levados para um outro campo. Quando fui libertado na noite de 1º e 2 de maio de 1945, eu pesava 28 kg, um esqueleto humano coberto com pele, estava com tuberculose dupla e outras doenças (Nekrycz).

Quando Kraśnik foi bombardeada durante a guerra, os nazistas construíram ali um gueto. (...) Descobrimos que, no primeiro andar, havia um apartamento

“meio vazio”, sendo o dono um polaco cristão. Aí, meu pai agiu rápido. Muito vivo, disse: Vou abrir uma pensão para essa juventude que gosta das minhas filhas e que quer namorar! Vamos cozinhar, vamos fazer almoços! Negócio fechado! Ali meu pai instalou uma pensão, colocou o proprietário como maître e as minhas irmãs, mulheres lindas, para trabalharem como garçonetes. A cidade estava cheia de jovens interessados em namorar as minhas irmãs. (...) E lá, na nossa pensão, todo mundo comia e ainda sobrava comida. Tudo isso dentro do gueto onde as pessoas estavam fechadas, sem poder sair. Pagavam! Entravam na pensão, comiam e pagavam, quem ainda tinha algum dinheiro. (...) Mas tudo isso não demorou muito porque estavam acabando com os judeus na Polônia, e, na minha cidade, existiam oito mil judeus juntos, vivendo no gueto. (...) Então, todos foram levados para a estação de trem e de lá para o crematório. Oito mil, todos! Ninguém levou nada! Que mala...? Só levaram pancadas, assim como os cachorros do lado. Os ucranianos é que nos levaram! Eles eram ruins e andavam com a carabina na cara de todo mundo.

Retomando: todos foram levados para a estação de trem. Foi meu pai, minha irmã casada, todo mundo. Oito mil pessoas naqueles vagões de trem, vagões de transporte de gado (...). Quando chegou a minha vez para entrar no vagão de trem, aconteceu o inacreditável: apareceu o presidente de uma fábrica de aviões (...). Bem, foi aí que um ucraniano anunciou que aquele senhor estava precisando de jovens fortes até “x” idade para trabalhar na sua fábrica. Antes de mandarem embora todo mundo, escolheram cerca de 70 jovens, entre os quais estava eu, lógico! A minha sorte é que um desses ucranianos disse que eu era “colega dele da escola”. Mas ele não era meu colega, nada, era mentira! (...) Com isso ele me salvou.

Budzyń era uma aldeia, justamente onde eles montaram a tal fábrica de aviões, agora sob o comando dos nazistas. Fomos a pé, caminhando (...). Depois fomos levados para o campo de concentração de Plaszów, nos arredores de Kraków [Cracóvia]. Em Wieliczka, cidade que ficava nas proximidades de Plaszów, havia uma mina de sal para onde fomos levados para montar outra fábrica de máquinas, embaixo da terra (...). Bem, após ter passado por Kraków e Wieliczka, fomos levados para uma outra cidade (cujo nome não me recordo) até chegarmos ao campo de concentração de Groß-Rosen. Ali havia um crematório, e, assim que cheguei ao local, vi duas chaminés. Logo começaram a tirar a roupa da gente (...). Era novembro de 1944, quando estava quase no fim da guerra. Foi quando chegou Schindler segurando com uma das mãos um megafone na boca (...). Ele pagou por cerca de 1.100 garotos daquele campo e nos levou para a Tchecoslováquia onde preparou uma oficina artificial com material bélico, dizendo que estava fabricando munições (...).

Assim, Schindler salvou 1.100 pessoas. Faço aqui uma retificação: ontem, a TV Globo disse que a lista do Schindler tem 1.200 nomes. Não: foram 1.100 pessoas sobreviventes (...). Quando Schindler sentiu que ia terminar a guerra, ele fez uma festa de aniversário naquele campo, naquela fábrica. Todo mundo ganhou um prato de arroz, e, enquanto estávamos comendo, Schindler passou uma lista dizendo quem ele era. Todo mundo assinou. Com essa lista – considerando que ele era alemão – ele tinha um documento comprovando que salvou tantos judeus. E era verdade...! Hoje, ele está enterrado em Tel Aviv, para onde os judeus o levaram (Freihof).

Estávamos em casa quando em 1o de setembro de 1939 a Alemanha invadiu a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. Em novembro, os nazistas chegaram ao interior e invadiram Lipa. Minha família, assim como outras pessoas, foi se esconder no bosque. Meu pai, porém, resolveu que deveríamos voltar para casa. Voltamos! Dois meses após o nosso retorno, os alemães ordenaram o registro de todos os judeus, que passaram a usar uma braçadeira amarela com uma estrela de David no centro. Apesar disso, a vida nos lugarejos de Zaklików e Lipa não sofrera grandes mudanças. Continuamos trabalhando até o momento em que a violência bateu na nossa porta. Era outubro de 1942, uma sexta-feira, véspera do Shabat. Ouvimos alguém batendo com força na porta da casa. Fui atender. Deparei-me com soldados alemães, que nos deram dez minutos para arrumarmos

nossas coisas e saímos da casa. Pouco depois, fomos levados diante da vizinhança sem reação. Junto com dezenas de outros judeus, caminhamos em fila de Lipa para Zaklików. Não podíamos olhar para os lados nem falar. Chegando em Zaklików fomos amontoados na sinagoga (...). Na manhã seguinte, os nazistas dividiram os judeus em grupos e separaram as famílias. Meu pai, meu irmão Isaac e eu fomos registrados. Esta foi a última vez que vi minha mãe e minhas irmãs (...).

Meu pai e eu fomos deportados num trem de gado para o campo de concentração e trabalho de Budzyn, onde chegamos à noite (...). O trabalho era muito puxado e todos os prisioneiros eram obrigados a cantar enquanto cumpriam as tarefas, como forma de não conversarem e combinarem uma fuga. As refeições eram mínimas: um pedaço de pão e um café ralo pela manhã e uma sopa aguada à noite (...). Permanecemos em Budzyn por quase dois anos trabalhando como escravos. Com o avanço do Exército Vermelho, os nazistas, em 10 de junho de 1944, transportaram muitos judeus que ali estavam para o campo de Majdanek, incluindo meu pai e eu (...). Em julho de 1944, os nazistas, assim que perceberam que o exército soviético se aproximava, reuniram cerca de mil prisioneiros numa marcha – conhecida como a Marcha da Morte –, rumo à Alemanha. Antes, porém, destruíram documentos e queimaram o grande crematório, mas não tiveram tempo de acabar com os alojamentos dos prisioneiros e com as câmaras de gás. (...) Foi nesta marcha que, arriscando a minha vida, decidi fugir. Entrei num trigal e o barulho de uma bomba fez com que os alemães apressassem a marcha. Corri cada vez mais para dentro do trigal, que margeava a estrada, sem saber para onde estava indo. O que mais queria era me afastar do grupo, porém meu pai não me saía da cabeça. Somente parei ao ouvir vozes e, assustado, vi três homens vindo na minha direção. Percebi que usavam o mesmo uniforme que eu. Eram prisioneiros judeus de Majdanek que também tinham fugido. Durante vários dias vagamos ao acaso até encontramos um soldado soviético. Como não conseguíamos nos comunicar, seguimos o oficial até uma aldeia próxima, onde fomos alimentados por poloneses. Foi, então, que entendi que o racismo dos poloneses não poderia ser generalizado. Ríamos e chorávamos ao mesmo tempo, pois agora estávamos livre (Klein).

O Judenrat da minha cidade (Sosnowica) recebeu a ordem da Gestapo para mandar 30 jovens fortes para o trabalho dizendo que eles voltariam em 20 dias. Eles enganaram a todos: esses jovens nunca voltaram (...). Em outubro de 1942, foi dado ao Judenrat um período de 48 horas para que os judeus da cidade se mudassem para Włodawa. Quem não partisse até às 11 horas da quinta-feira estabelecida seria fuzilado (...). De repente, apareceu um colega de escola, um católico polonês de nome Cechek, que me disse o seguinte: “Wladek [apelido de Wolf em polonês] você e sua família não vão para Włodawa. Eu conheço um grupo de guerrilheiros russos fugitivos dos campos alemães. Sei onde estão na floresta, embora seja muito extensa, mais de 50 km, vocês não vão se perder”. Cechek pediu-me para arregimentar mais amigos e que ele possuía boas armas para nos dar, salientando que tínhamos só um dia para resolver. Combinou de nos encontrar na olaria da cidade, para onde fui com o meu amigo Chil Grynszpan. Na olaria, o rapaz nos esperava com as armas: vários rifles, uma pistola 38, um saco com munição e algumas granadas. Esse amigo polonês também nos deu orientações para que, chegando à floresta, procurássemos um comandante chamado Fiodor (...).

Neste momento eu tinha 16 anos (...). À noite, nosso grupo foi para a floresta e lembro-me que estava frio. Andamos durante a noite toda sob chuva forte (...). De madrugada, ouvimos um tiro e corremos para aquele lugar onde encontramos dois guerrilheiros bem armados (...). Explicamos que éramos judeus, porém os guerrilheiros só falavam russo. Chamaram-me de lado e, para provar que eu era judeu, mostrei-lhes que era circuncidado. A partir daí, aceitaram o resto do grupo dando-nos água para beber e acendendo uma fogueira para secarmos nossas roupas molhadas (...). Depois nos levaram para a base da guerrilha onde apareceu o comandante, que nos abraçou e se identificou como Fiodor. Então, tirei do bolso o bilhete que o meu amigo havia dado e lhe disse que Cechek, da aldeia de Gurki, é quem havia indicado o seu nome (...). Fiodor ficou contente e mandou fazer comida para o nosso grupo (...). O grupo do comandante Fiodor já contava com

93 combatentes. Ele disse aos nossos sete rapazes (incluindo eu) que éramos os primeiros judeus que chegavam à floresta bem armados e que nos considerava grandes heróis (...).



Fot. 1.

Fot. 1. Wolf Litwak, partisan do grupo Grynszpan, Polônia c. 1942. Fotografia não identificado Litwak/RJ; Arqshoah-Leer/USP.

No dia 11 de janeiro de 1943, por volta do meio-dia, com muito frio e neve (algo em torno de 23 graus abaixo de zero), o nosso grupo de partisans foi surpreendido com um ataque de alemães que vestiam macacões brancos para se camuflarem e não serem vistos. Antes de atacarem, porém, mataram as patrulhas partisans com facadas para evitar que se escutassem tiros. Os alemães cercaram a base por três lados. O nosso grupo contava agora com 160 guerrilheiros contra quatro mil nazistas bem armados (...). O fogo dos partisans era forte: atiramos com armas de todos os calibres, a metralhadora que tínhamos dava 600 tiros por minuto e funcionava muito bem. Em 20 minutos havia 21 alemães mortos e muitos feridos. Foi uma luta dura dos dois lados. Os partisans perderam três de seus homens e tiveram 16 feridos, alguns graves. (...) Os russos sabem lutar. Nós, judeus, aprendemos muito: a lutar, a viver na floresta com frio, no gelo e neve, a não ter medo de morrer (...).

Na primavera, os homens se juntaram novamente, agora com 60 partisans judeus. Foi, então, criada a unidade judaica e Chil Grynszpan foi escolhido para ser o comandante. Ele logo colocou disciplina militar nessa unidade, inclusive com pena de morte para quem fosse à aldeia buscar notícias e violentasse alguma mulher; quem deixasse o posto de patrulhamento ficaria sem arma e seria expulso do grupo. A decisão era de que precisávamos arranjar armamento mais sofisticado, trocar de floresta e trazer mais homens para o grupo. Deveríamos ser um grupo com, no mínimo, 120 homens bem armados.

Em junho do mesmo ano, chegou um grupo de combatentes das florestas da Rússia e o seu comandante, que tinha a patente de general, chamava-se Baranovski. O seu grupo era composto de 130 homens, todos jovens, bem treinados e bem armados. As armas eram de última geração e entre os membros do grupo havia muitos oficiais do Exército Vermelho. Logo ocuparam a maior aldeia do nosso território, cujo nome era Wola Wereszczyńska, próxima a Włodawa. O nosso comandante Chil Grynszpan e o comissário político Hersh Rubinstain logo fizeram amizade com o general Baranovski, porque 30% dos homens daquele grupo eram nossos patrícios. Alguns falavam ídiche. O general Baranovski ofereceu para juntar os grupos, pois com mais pessoas a chance de combater o inimigo comum era maior. O comandante Chil aceitou a oferta (...).

No início de 1944, os partisans receberam, de surpresa, os comandantes do Exército polonês da Armia Ludowa, que lutava pela Polônia Livre, expulsando os alemães. No comando deste exército estava o general Michał Rola-Żymierski e vários oficiais de altas patentes. Todos foram à floresta Makoszka para conhecer o grupo judaico de partisans liderado por Yehiel Chil Grynspan e que contava com 120 combatentes bem treinados, bem armados, com muita disciplina e que fez um desfile para os visitantes. Tudo foi filmado, mostrando aos oficiais poloneses que os judeus também sabiam lutar, que estavam ligados com um grupo de partisans russos, sob o comando de um coronel do Exército Vermelho, Fiodor (...) (Litwak).



Fot. 2.

Fot. 2. O grupo de Grynspan no casamento de Leon Lerner (sobrevivente da revolta de Sobibor) com Mania; Yehiel Chil Grynspan (ao lado esquerdo da noiva); Joseph Rolnik (atrás da noiva); Basia e Wolf Litwak (atrás de Grynspan), Bayreuth (Alemanha), provavelmente 1946. Fotógrafo não identificado.

Litwak/RJ; Arqshoah-Leer/USP.

Bełchatów, a cidade onde morávamos, ficava perto da fronteira com a Alemanha. Assim, que a guerra estourou em 30 de setembro de 1939, nós estávamos na cidade. Desde o início da ocupação da Polônia, os nazistas se apropriaram das casas dos judeus (...). Depois, obrigaram a gente a trabalhar para eles: limpar banheiros, por exemplo. E depois fizeram o gueto na nossa própria cidade, proibindo-nos de andar na calçada, apenas na sarjeta. Além disso, obrigaram-nos a colocar a estrela amarela de David nas roupas (...). Em janeiro de 1942 os nazistas passaram pelas ruas falando em um megafone. Mandaram que pegássemos as roupas mais bonitas e nos vestíssemos melhor (...). Lá, os alemães escolheram os mais novos para ficarem do lado de fora, enquanto puseram os mais velhos e doentes dentro do shil (...). Foi quando a minha irmã mais velha falou: “Eu não vou deixar o papai sozinho!”. Assim, ela foi levada junto com o meu pai e todos os demais que estavam dentro do shil em caminhões para Treblinka (...). Assim, fomos levadas naquele caminhão para Łódź, e o meu irmão Mendel estava no outro caminhão. Aí chegamos a Łódź onde conseguimos ficar juntas o tempo todo, durante toda a guerra inteira. Ninguém sabia que éramos irmãs! (...) Após a guerra, minha irmã mais velha foi para Argentina e a mais nova para Israel, onde vive. Em Łódź, fomos morar dentro do gueto, em uma casa vazia. Fomos logo procurar serviço para sobreviver. Achamos! (...) Mas, justo eu, fiquei doente dos pulmões e não pude trabalhar acho que durante um mês. Minhas irmãs traziam um médico todos os dias para tirar pus do meu pulmão. Ele vinha todos os dias! Assim, minhas irmãs deixavam uma bacia debaixo da cama que eu usava para cuspir.

No gueto de Łódź, a vida era muito dura, mas nós tínhamos trabalho (...). Permanecemos no gueto de Łódź cerca de três anos, não sei bem, nem lembro. Ficamos ali até a saída do gueto em direção a Auschwitz (...). A ordem foi vestir uma roupa bonita porque iríamos para o trabalho. Como tínhamos um pão redondo de dois quilos, resolvi escondê-lo embaixo do casaco preto. Assim, o pão ficou na altura da barriga. Apresentamo-nos as três, em fila: minha irmã mais velha, eu no meio e a mais nova atrás. Lá estava em uma mesa o Dr. Mengele, fazendo a seleção. Mandou-me para o outro lado, e, então, Dvoireh, a mais velha, começou a gritar (...). em iídiche: “Jogue fora o pão! Jogue fora o pão!”. Abri o casaco, joguei

fora o pão, e, então, Menguele juntou-me com as minhas duas irmãs (...). Assim, minha irmã me salvou.

Assim que chegamos a Auschwitz, cortaram todo o nosso cabelo, cabelo da cabeça, daqui, debaixo, cortaram tudo. Cortaram todo o cabelo, e a gente não se reconheceu mais. Porque sem cabelo parecia bicho, só bicho andando (...). Outro dia, Macha foi buscar a panela de sopa e recebeu três batatas dentro da sopa. Comemos com as mãos as três batatas. Depois ela apanhou muito, muito (...). Acho que alguém viu. Ela apanhou muito. Mas nós ganhamos três batatas, portanto, valeu porque tínhamos o que comer. Vocês já ouviram isso? (...)

Trabalhei numa fábrica da aviação, indo a pé para o serviço. Lá eu ajudava a fabricar asas de avião. Eu batia “preguinhas” nas asas, rebites (...). Um dia, o mestre da fábrica – um alemão político, preso, uma espécie de chefe – me trouxe um pedaço de pão, pois percebeu que eu não comia. Assim, ele passou a trazer um pãozinho para mim todos os dias. Apenas para mim, pois eu trabalhava sozinha com ele. Minhas irmãs trabalhavam em outra parte. E depois, eu dividia com elas esse pãozinho (...) um pãozinho, em três. E comíamos as três.

Nem lembro quanto tempo ficamos no campo de Auschwitz. Mesmo assim, a gente dançava, cantava, mas ninguém chorava, não havia nenhuma lágrima. Ninguém chorava. Não tínhamos outra alternativa. A gente estava contente, porque... sei lá, todo mundo vivia nas mesmas condições. Não havia lágrimas (...). Demorou bastante, até que acabou a guerra em abril ou maio de 1945. Aí, antes que o campo fosse invadido pelos russos e pelos americanos, os alemães – sabendo que estavam perdendo a guerra – juntaram todos os homens e mulheres, e nos levaram para Áustria, para o campo de concentração de Mauthausen. Foi de noite. E lá já havia um buraco grande, muito grande com 180 escadas, degraus. Pegavam os prisioneiros, tiravam as roupas e jogavam no buraco. Lá embaixo já estava cheio de homens, todos nus. E em cima os alemães com armas assim apontadas. Nisso, apareceram aviões que os homens reconheceram (...). E eles falaram que os aviões eram russos. Esses homens estavam lá embaixo, no buraco cheio tudo... e ainda eles falaram que eram aviões russos. Quando os alemães viram os aviões, fugiram. Nem tiveram tempo de atirar. Fugiram...! Não eram os russos como eles pensaram, mas americanos. Eles traziam barris com sopas, com comida assim (...). Nós – como éramos três – comemos devagar, e quem comeu rápido caiu morto. Caiu muita gente perto de nós, pois o corpo não estava acostumado a receber tanto alimento, e era pesado, enlatados. Eles deram a cada um de nós um pijama para não andarmos nus. Um pijama e um sapato (...). Nem as minhas irmãs lembravam direito como chegamos em casa, não sei como cheguei à Polônia. Chegamos a Łódź. Meu irmão, não vi mais. De Łódź fomos para nossa cidade que estava ocupada pelos russos. Também não me lembro de que jeito chegamos à nossa cidade, nem as minhas irmãs lembravam. Na nossa casa morava um polaco que não nos deixou entrar. Não deixou (Jakubowicz).

Estratégias de fugas e trâmites

Durante o Holocausto, quando foram incrementadas as ações de extermínio por assassinatos e nas câmaras de gás, multiplicaram-se as estratégias de sobrevivência, as rotas de fuga e as bases de apoio oferecidas por alguns países sensibilizados com a causa dos judeus que fugiam das perseguições nazistas. Espanha e Portugal, por exemplo, serviam de trânsito para aqueles que pretendiam alcançar as terras das Américas. Xangai funcionava como um território livre, ponto de espera enquanto os vistos não chegavam. Mas, muitos países não concordaram em servir de trampolim para os refugiados que, na maioria das vezes, não dispunham de documentos nem de garantias econômicas para arcar com os gastos de uma viagem de sobrevivência (Carneiro, 2010).

Fica evidente, nos testemunhos aqui registrados, que um grande número de poloneses judeus sobreviveu somente graças aos laços de solidariedade por parte dos indivíduos que abriram as portas das suas casas para escondê-los em porões e sótãos, cientes das consequências que poderiam render-lhes a morte. Centenas de judeus conseguiram fugir da Polônia ocupada, graças às entidades filantrópicas internacionais judaicas que providenciavam passaportes falsos, passagens, alimentação e abrigo temporário. Em Portugal, por exemplo, os custos da Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados (Comassis), que mantinha a Cozinha Econômica, eram pagos pela American Jewish Joint Distribution Committee (JOINT) enquanto que os assuntos relacionados à emigração eram de responsabilidade da Hebrew Immigrant Aid Society (HIAS-HICEM), que a partir de 1940 compartilhou esta responsabilidade com a JOINT devido à entrada em Portugal de milhares de refugiados judeus. Não podemos nos esquecer, também, de pessoas anônimas do baixo e alto clero, que também devem ser lembradas pois, correndo o risco de vida, emitiram falsos atestados de batismo que facilitaram a emissão dos vistos para emigrar. Lembramos aqui o caso do Brasil que, apesar das Circulares Secretas impostas pelo governo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, recebeu cerca de 14 mil refugiados judeus, muitos dos quais portavam vistos provisórios de turistas e de trânsito, ou vistos de católicos acompanhados de falsos atestados de batismo.

Assim, além de vivenciar o cotidiano de uma Europa tumultuada pelo antissemitismo crescente, pelos avanços da Alemanha nazista e pela situação de guerra, os judeus poloneses enfrentavam múltiplas dificuldades até conseguir embarcar em algum navio que os levasse para o Brasil. Não era fácil conseguir um visto para emigrar, pois vários países das Américas controlavam a emissão de vistos de entrada aos judeus tratados como “indesejáveis”, entre os quais estava também o Brasil. Tais restrições acabaram por favorecer a emissão de documentos falsos como passaportes, atestados de batismo católico, cartas de proteção e cartas de chamada (Carneiro, 2010; Milgram, 2003), como podemos ver em algumas das narrativas citadas abaixo:

Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, fato que levou os Czertoks a sair do país em outubro de 1939 (...) Quando Hitler anexou a Tchecoslováquia em março de 1939, meu tio Arie, que estava em Londres, escrevia semanalmente para meu avô sugerindo-lhe que saísse do país, porque iria acontecer uma guerra grande. Londres era o lugar onde havia a melhor percepção do potencial de guerra e da dimensão que ela poderia atingir (...) um mês depois, meu avô descobriu que teria que sair “correndo”, em vez de ter saído “direito” como havia sugerido seu filho em Londres. Dessa vez, não poderia se desfazer dos bens, tendo como única opção levar alguns diamantes escondidos no cinto. (...) Conseguiram atravessar, gastando alguns diamantes com os guardas.

Em 1940, Stalin invadiu a Lituânia. Aí realmente a situação ficou desesperadora (...) Nesse contexto, surgiu Chiune Sugihara, cônsul japonês na Lituânia, que também era conhecido por “Sempo” (...) Nesse momento, emitiu incríveis seis mil vistos para seis mil famílias: uma história incrível. E uma dessas famílias foi a minha, incluindo pai, avô e avó. Eu ainda não havia nascido, mas sei dessa história porque ouvi contar, com detalhes, pelos meus pais. Muitas pessoas não

conseguiram usar os vistos, pois, por um motivo ou outro, foram presas e/ou levadas para os campos de concentração. Mas minha família saiu rapidinho e pegou a Transiberiana, viagem que levava três semanas de trem. Chegaram a Vladivostok, fim da península Muravyov-Amursky e às margens do mar do Japão, ao norte das Ilhas Quirilo, na Rússia, disputadas até hoje pelo Japão e pela Rússia.

De lá, foram de navio até Kobe, destino temporário da permissão, não o destino final do visto. (...) Quando o Japão entrou em guerra com os Estados Unidos, retirou todos os europeus que ali estavam por um motivo ou outro, enviando-os para Xangai. Assim, meu pai e avós paternos acabaram indo para a China, por imposição do governo japonês. Essa é a história do meu pai que chegou à China em 1941, sem um tostão.

A história da minha mãe é completamente diferente. Saul Tukaczynski, pai da minha mãe, tinha mais dois irmãos, que, como exportadores/importadores de tecidos, mantinham relacionamentos com a China havia muitos anos. Para resumir, entre 1930 e 1935, já percebendo que a situação na Europa ficaria ruim, transferiram-se progressivamente para Harbin onde havia importante comunidade judaica há centenas de anos, e principalmente russa desde o final do século XIX. Em 1937/1938, com a ocupação japonesa da Manchúria, emigraram organizadamente para Xangai. Saíram com dinheiro e lá se instalaram. A vida – dentro do limite permitido pelo governo de ocupação japonês – era boa. Não foi tranquilo, mas definitivamente não foi trauma. Depois, minha mãe estudou em escola americana, assim como seus irmãos Mark e Joe, que ao fim cursaram uma universidade francesa que havia no French Quarter.

Em Xangai, meu pai e meus avós viveram literalmente em um cortiço (...). Foi em Xangai que meu pai conheceu minha mãe, em um clube. Os dois eram poloneses e casaram-se no ano de 1947 (...) e foram passar a lua de mel em Formosa (Taipei, hoje Taiwan), onde fui concebido (...).



Fot. 3.

Fot. 3. Dusia Czertok com o recém-nascido Arie Czertok, Xangai, 1948. Fotógrafo não identificado. Czertok/SP; Arqshoah/Leer-USP.

Mas, depois, meus pais perceberam que Mao ia efetivamente tomar Xangai. Aí todos os ocidentais saíram correndo, para ver quem fugia primeiro da cidade (...). Em 1946/1947, meus avós maternos, os Tukaczynski – muito mais estabelecidos que os avós paternos – mandaram os dois filhos mais velhos para estudar nos Estados Unidos (...). Em 1948, os avós também foram para os Estados Unidos, mas para Queens, em Nova York. Minha mãe, já casada, não foi (...). Josef Tekoah, irmão da minha mãe, foi para Israel após ter concluído o curso em Harvard. Ingressou no serviço diplomático, trabalhou para o Abba Eban (1915-2002). A primeira embaixada dele foi no Brasil. Na época, as relações eram excelentes e ele conseguiu que o Brasil permitisse secretamente o pouso do avião que levava Eichmann, capturado pelo Mossad na Argentina (Czertok).

Com o final da guerra em 1945, começou uma nova história (...). Os americanos trouxeram caminhões de comida para nós, sobreviventes dos campos, e os russos tiraram. Foi quando vi um homem de barba, capitão russo que me perguntou se eu era judeu (...). Deram um documento para cada um de nós, uma espécie de passaporte, e seis moedas para viajarmos para qualquer lugar (...). Fiquei sabendo que em Landsberg, uma pequena cidade na Bavária, havia comida, havia de tudo (...). Como eu sempre acreditei no destino, saí de Landsberg e fui para Munique (...). Quando cheguei a Erding conheci a Frau Glick, uma senhora alemã, gorda, velha, que havia adotado esses meus amigos, pois havia perdido seus dois filhos na guerra. Pernoitei lá apenas uma noite e fui conhecer o mundo que já estava aberto. Conheci metade de tudo: musicais, americanos dando aulas, tudo maravilhoso (...). Então, o governo americano mandou que escolhêssemos um bom local para morar, deu-nos uma moto, um carro BMW, um caminhão e um lugar para morar.

Escolhi uma casa onde eu e os meus amigos – Adam, Moshe e Salmo – morávamos na parte de baixo, uma espécie de salão. A parte superior era usada por soldados negros. Naquela cidade havia oito mil soldados negros, a maioria aviadores. Era a primeira vez que eu via isso.

Enfim, gostei daquela cidadezinha e resolvi fazer negócios por ali: vender cachaça, vender cigarros para aqueles oito mil soldados. Comecei logo, lógico: comprei cachaça, coloquei numa garrafa de uísque e vendia para os soldados americanos, negros. Dançávamos juntos com as mulheres. Nessas festas, vinha uma mulherada de Munique, pois Erding ficava cerca de 30 quilômetros. Eram alemãs que queriam ganhar dinheiro, pois morreram tantos homens na guerra e elas queriam dançar com os soldados. (...) Antes de viajar para Paris, voltei para Kraśnik em busca da minha família, apesar de saber que ninguém havia sobrevivido (...). Fui até a minha casa que estava com tudo arrebitado, quebrado do lado dos portões (...). Fiquei apenas 24 horas em Kraśnik (...).

Retomando: fui para Paris onde me encontrei com Weid, meu cunhado, o músico. Lá estava com toda a sua família: irmão, pai e mãe. Fui morar com ele que era muito especial. Eu também não dei trabalho, ao contrário: desenhava bolsas femininas para o irmão que tinha uma fábrica e precisava de novos modelos. Criei modelos que ganharam prêmios, muitos dos quais copiados das mulheres que estavam nas filas do cinema. Onde havia loja de bolsas, eu parava com o lápis na mão e ficava desenhando (...). Nessa época eu já tinha a minha Maria, minha amiga, minha namorada. Hoje ela mora em Tel Aviv, com 86 anos. Foi ela que arrumou um apartamento para eu morar no mesmo prédio dela. Quando eu resolvi vender cigarros nas boates, ela resolveu me acompanhar. Maria falava quatro idiomas! (...) Ela logo deu um jeito: foi à prefeitura, conseguiu-me documentos novos e, com tudo “limpo”, fiquei em Paris a vida inteira. Depois, recebi uma passagem de navio para visitar o Brasil, enviada por uns parentes que aqui estavam (Freihof).

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
355249

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso: JOSEF JOSEF
Admitido em território nacional em caráter: TURISMO

No. termos do art. 2.ª letra: de 2.ª de 28320, de 1945

Lugar e data de nascimento: KRAŚNIK 5.12.24

Nacionalidade: POLONESA Estado civil: SOLTEIRO

Filiação (nome do Pai e da Mãe): Leila e Isidoro Rosenthal

Profissão: MECANICISTA

Residência no país de origem: Paris

FILHOS: _____
MENORES DE 18 ANOS: _____

Passaporte n. 05608 expedido pelas autoridades de: Pr. Paris
na data: 22.8.48

viado sob n. 1894

Assinatura do portador: [assinatura]

Assinatura do cônsul: [assinatura]

Comissão: GERN do Brasil em Paris em 25 de agosto de 1948

O CONSUL: SOTERO COSME

Fot. 4.

Fot. 4. Ficha consular de qualificação de Josef Freihof emitida pelo cônsul Sotero Cosme, por ocasião de sua imigração para o Brasil, onde permanece até hoje. Paris, 25 de agosto de 1948.

Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah/Leer-USP

Nessa época, (depois de fugir da Polônia), resolvi sair da Itália. Eu não via mais futuro para nós naquele país e, assim, comecei a procurar um outro lugar para vivermos. Mas logo vieram as dificuldades comuns aos judeus refugiados: não conseguia o passaporte, pois já era conhecido como “judeu estrangeiro”. O único país que dava visto era o Haiti, mas havia muito preconceito e ninguém queria ir para lá. Para falar a verdade, não sabia, como não sei ainda, o porquê desse preconceito. A única saída que me apareceu foi fugir para a França. Existia uma organização judaica que tentava ajudar os judeus a fugir: a Joint. Consegui entrar numa dessas levas, junto com outros 30 judeus. Partimos de Milão com destino a Ventimiglia, que era uma vila, hoje com 25 mil habitantes e que faz parte da região da Ligúria, sobre o Golfo de Gênova. Existe uma estação de trens internacional bem na fronteira entre a Itália e a França.

Policiais italianos das fronteiras guiavam os grupos à noite, até um ponto nas montanhas, e indicavam o caminho, que se resumia em conseguir descer rolando

pelas terraças com plantações. É evidente que os soldados franceses, que guardavam as fronteiras, atiravam. Saímos correndo e, pulando as terraças, tentamos escapar dos tiros. Após um tempo que não terminava nunca, consegui chegar à planície e alcançar a estrada que levava à Menton, na mesma madrugada. Eu estava com um outro rapaz que também escapou com vida. Menton é uma pequena cidade francesa, que fica na costa francesa – Côte d’Azur. De lá conseguimos carona e chegamos a Nice que estava amontoadas de refugiados. Ficamos por lá. Mas o prazo de validade do meu passaporte polonês venceu. Eu tinha conseguido esse passaporte na Itália, pelo consulado chileno, que representava os interesses dos poloneses na Itália. A obtenção desse passaporte foi também uma odisséia. Mas em Nice não havia consulado polonês. O mais próximo ficava em Marselha. Peguei um trem para Marselha e lá chegando fui direto ao consulado. O funcionário que me atendeu pegou meu passaporte e arrogantemente me informou que eu não era mais cidadão polonês e não necessitava mais do passaporte polonês, o qual ficaria retido com ele. É indescritível o que senti naquele momento. Eu, com 18 anos, dentro do consulado polonês na França, sem nenhum documento. Até hoje sinto um tremendo ressentimento contra a Polônia e a Alemanha nazista que não pouparam esforços para impor suas leis discriminatórias. Em total desespero, voltei a Nice, e a organização judaica me conseguiu um passaporte de apátrida francês. Fiquei em Nice por um ano vivendo de bicos.

Um dia recebi um telegrama de minha mãe desesperada, pedindo-me que me apresentasse em 24 horas a exemplo do que já tinham feito com meu pai. Foi em 1940, que veio uma ordem da Questura de Roma dizendo que, se eu não me apresentasse em 24 horas, eles levariam a minha mãe para o campo de concentração. O pretexto para nos levar era de que éramos judeus poloneses. O fato de sermos judeus estava nos prejudicando novamente.

Para conseguir voltar para a Itália, foi a mesma odisséia, pois eu saía sem permissão, e só consegui atravessar a fronteira porque saí correndo, torcendo para que nenhum tiro dos soldados franceses me pegasse (...). Meu pai já havia sido levado para o campo de concentração de Civitavecchia. Assim que cheguei, puseram-me na prisão; a mais famosa de Milão – San Vittore –, onde fiquei por 24 dias, num cubículo de um por três metros, com mais dois judeus. Só dois podiam dormir e o terceiro tinha que ficar em pé. No vigésimo quarto dia, à noite, apareceram dois policiais que me levaram à estação de Milão. De lá partimos num trem até Nápoles (...). Seguimos, então, para o campo localizado na cidade de Ferramonti di Tarsia, na Calábria, província de Conzeza (...). Era muito úmido, cheio de mosquitos e muita malária (...). Éramos todos judeus poloneses (...). Ao todo éramos pouco mais de duas mil pessoas.

Enquanto meu pai e eu estávamos presos no campo de concentração, mamãe ficou sabendo que estavam fornecendo vistos para quem tivesse passagem para um país que recebesse estrangeiros, inclusive judeus convertidos ao catolicismo. Na época, não se sabia quantos vistos seriam liberados, mas sabíamos que em Milão havia muitos falsários que emitiam documentos e até mesmo atestado de batismo falso. Mamãe conseguiu comprar certidões de batismo para toda a família. O Vaticano tinha conhecimento disso e fazia vistas grossas. Em seguida, mamãe pegou minha irmã Sara com cerca de 11 anos e viajou para Roma para solicitar os vistos. Antes de se dirigir ao Vaticano, ela foi à embaixada brasileira, conversar com o embaixador. Não fica muito bem contar que ele cobrava pelos vistos, mas é essa a verdade. Ele era pintor e mamãe “comprou” um quadro dele, que deixamos na Itália. Assim, ela conseguiu liberar os nossos vistos em 26 de fevereiro de 1941, cujos números eram: 483 – Avraham Gottlieb (meu pai), 484 – Frymet Gottlieb (minha mãe), 485 – Markus Gottlieb (eu), 486 – Salomea Gottlieb (minha irmã), 487 – Josef Gottlieb (meu irmão já falecido) e 488 – Sara Sprinza Gottlieb (minha irmã).

Os nossos documentos de judeus convertidos (ou judeus não arianos, como aparece em alguns documentos daquela época) foram preparados em italiano. Para comprar as passagens, bastou apresentar os vistos brasileiros. A partir daí, o governo italiano concordou em autorizar a nossa saída da Itália. Só que a coisa toda

não se processou imediatamente. Minha mãe tinha se comunicado com a família do meu pai que vivia em Viena e que tinha posses, pedindo que lhe enviasse a quantia de 80 mil dólares, exigida pelo Vaticano para fornecer os vistos. Não sei como essa mala chegou até ela, mas chegou. Posteriormente, fiquei sabendo que a minha irmã mais nova Sara é que foi com a minha mãe ao Vaticano comprar os vistos. Lá foram recebidas pelo cardeal, que era o braço direito do papa, que, quando a viu, chamou um seminarista e lhe disse que a levasse para conhecer o Vaticano e tomar um lanche. Enquanto isso, minha mãe ficou aguardando a documentação. Ao negociar com o cardeal, minha mãe conseguiu comovê-lo e deixou uma pequena parte do dinheiro com ela para que pudesse comprar as passagens e para que a família tivesse algum dinheiro quando chegasse ao Brasil.

Mamãe retornou a Milão, e, depois de algum tempo, foram expedidas as nossas autorizações de libertação do campo de concentração de Ferramonti (...). Tínhamos que deixar tudo, não dava para levar nada, e os homens em idade de servir o Exército não deveriam viajar de avião, pois, ao pararem na Espanha, seriam detidos e enviados para a Alemanha. Isso porque a Espanha tinha um acordo com os alemães através do qual todo judeu polonês identificado em aviões que parassem na Espanha seria imediatamente detido e enviado para a Alemanha. Nós sofriamos perseguição pelos dois lados, como judeus e como poloneses.

Fazíamos coisas fantásticas, criativas, para escapar. Bolamos o seguinte plano: minha mãe me comprou calças curtas, depilei todos os meus pelos e me vesti o mais infantilmente possível, para parecer com menos idade do que eu tinha. Partimos, eu e meu pai, de trem para Lisboa, pois nos trens o controle não era tão intenso quanto nos aeroportos. Combinamos com minha mãe que, quando chegássemos a Lisboa, enviaríamos um telegrama e ela então partiria com meus irmãos de avião. Segundo minha irmã Sara, os grandes aviões não estavam mais voando para lugar nenhum. A minha mãe então alugou um pequeno avião de quatro lugares que os levou de Milão para Lisboa. Fiquei sabendo, também, que minha mãe jejuou até receber notícias nossas de que tínhamos chegado a Lisboa. Minha irmã jamais se esqueceu dessa viagem, pois ficou menstruada pela primeira vez durante o voo.

Finalmente, chegamos a Lisboa em janeiro de 1941. Vimos ali o pão branco pela primeira vez, depois de quatro anos. E ficamos instalados em dois quartos alugados na casa de uma família portuguesa, esperando a vinda do monsenhor que iria trazer o nosso dinheiro, nossas economias para a viagem, e de fato ele o trouxe. Acontece que na Itália não se podia levar nenhum dinheiro para fora do país, sob pena de morte. Então, para todos os efeitos, saímos sem nada. Em Lisboa tivemos outro problema. Os nossos vistos eram de trânsito, mas o navio não estava lá e tínhamos que esperá-lo. Então, os portugueses não quiseram deixar minha mãe e meus irmãos, Salomea, Joseph e Sara, saírem do aeroporto. Foi uma tragédia. Mas, por fim, meu pai foi conversar com o cardeal de Lisboa e lhe mostrou as passagens e os vistos de entrada no Brasil. O cardeal, então, foi ao aeroporto e conseguiu a liberação da minha família (Gottlieb).

O Brasil como opção e destino

O Brasil, para a maioria dos refugiados, surgiu como uma miragem, um deserto sem fim, um espaço desconhecido ou como um fim-do-mundo, ilustrado por imagens paradisíacas que povoavam os sonhos daqueles que fugiam da violência nazista. Entre 1937-1945, o Brasil recebeu cerca de 11.290 judeus que, na condição de refugiados ou exilados do nazismo, buscavam uma maneira de sobreviver em um “país de estranhos” – um número pequeno devido às Circulares Secretas impostas pelo governo Vargas, que, somente por compromissos assumidos junto a Liga das Nações não podia fechar totalmente suas portas aos refugiados judeus. Manteve assim, uma política de aparências (Carneiro, 2010: 193-280).

Eram homens e mulheres sem pátria, de todas as idades, portando diferentes categorias de vistos: como turistas, permanentes ou em trânsito. Para a maioria, o ato de abandonar sua pátria-mãe lhes havia sido imposto pelo Estado alemão que, ao promulgar as Leis de Nuremberg em 1935, não deixou muitas opções de sobrevivência além da fuga, sem destino certo. Essa mesma violência nazista estendeu-se depois para a Polônia e outros países ocupados que passaram também pela limpeza étnica dos nazistas. Essa represália levou milhares de judeus a repudiar sua pátria de origem com a impressão de que suas raízes existenciais haviam sido cortadas. Convertidos em apátridas, perderam seus direitos à cidadania o que, por sua vez, debilitava suas referências culturais e políticas.

Para Vilém Flusser, filósofo tcheco refugiado no Brasil desde 1940, estes homens e mulheres vivenciaram situações “absurdas”, difíceis de serem explicadas, provocando a sensação de que “estavam boiando por falta de fundamento”. Valendo-se de uma linguagem metafórica, muitos deles afirmam que tal situação significava o desmoronamento do mundo que, por sua vez, exigia a reformulação dos seus conceitos de liberdade, de pátria e de fronteira. Situação diagnosticada por eles como “fantasmagórica” por terem sido “arrancados da realidade por forças externas”. Ao deixarem sua terra natal, estes homens e mulheres iniciaram o dramático movimento de fuga que, para muitos, gerou um sentimento de culpa. Segundo Flusser, eles achavam que estavam traindo a essência do seu “eu”, pois tinham o direito de “estar-no-mundo” (Flusser, 2007: 21, 34).

Fugir ou ser forçado a emigrar não eram ações positivas, pois implicavam na perda de referências e da dignidade, em troca da sobrevivência do corpo. Distante da sua pátria-mãe, os refugiados (por motivos políticos ou raciais) assumiam a posição de um “mero observador”. Ao mudar da posição de cidadão com todos os direitos garantidos por lei, para a de apátrida, os judeus deixavam de “estar-no-mundo” ao entrar no mundo do caos delineado pela violência sem limites, que implicava na perda dos seus bens, dos seus empregos, na desintegração da família e, por consequência, do seu eu, como muito bem ressaltou Christopher Lasch em sua obra *O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis* (Lasch, 1986).

O Brasil, assim como outros países latinoamericanos, despontava como um refúgio possível, mas ao mesmo tempo como um mundo estranho. Para os mais intelectualizados, a necessidade de absorver novas culturas e de conviver com o Outro, exigia um constante diálogo consigo mesmo e com o Outro, fenômeno definido aqui como um árduo e constante processo de “mutação da alma”. Procuravam manter-se como observadores da nova realidade demonstrando certo estranhamento diante do “novo”, sensação que interferia no processo de criação/produção de cultura. Sentiam-se como homens divididos entre dois ou mais mundos, em constante trânsito imaginário, situação que nos leva a questionar os significados de “estar no mundo” e o de “sair deste mundo”.

Selecionamos alguns fragmentos de testemunhos que nos colocam diante desses dilemas que, por sua vez, exigiam negociações de valores e

câmbios de referências interpretados através de distintos filtros culturais e ideológicos:

Como jornalista, presenciei outro conflito: a guerra de Independência do Estado de Israel em 1947. Em 21 de janeiro de 1955, desembarquei no Brasil indo residir em São Paulo, na Rua Conselheiro Dantas, nº 980. Em 30 de janeiro de 1959, recuperei meu status de cidadão ao receber a naturalização como brasileiro. A partir dessa data, trabalhei em várias capitais no Brasil como jornalista e colaborador de vários jornais. Em 28 de abril de 1956, casei-me com Miriam Dvora Bryk e constituímos uma nova família.

Trabalhei 25 anos como jornalista e comentarista internacional nos jornais (...). Sou o coordenador-geral da Sherit Hapleitá do Brasil e vice-presidente da Associação Mundial dos Sobreviventes do Nazismo, que tem hoje reconhecimento internacional (Nekrycz).

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
MODELO N.º 130

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Henry Nekrycz. PERMANENTE
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
Nos termos do art. 9º letra -- do dec. n.º 7567, de 1945
Lugar e data de nascimento Lodz, Polônia, 11 12 / 1924.
Nacionalidade israelense. Estado civil solteiro.
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Abraham e Ida Nekrycz. Profissão mecânico.
Residência no país de origem Bat-Yam, Ramat Yam, 178. SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Passaporte n.º 56875, expedido pelas autoridades de Jerusalém, na data 30 maio 1954.
visado sob n.º 6736
ASSINATURA DO PORTADOR: Henry Nekrycz
NOTA - Esta ficha deve ser apresentada ao Consulado para a emissão da carteira consular, desde que não esteja em vigor.
LIT. L. DA FORTOURA SEGUNDO SECRETARIO

Fot. 5.

Fot. 5. Ficha consular de qualificação de Henry Nekrycz (Ben Abraham) emitida pela Legação do Brasil em Tel Aviv, 15.12.1954.

Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah-Leer/USP.

Meu pai e meu avô Guedala pensaram em emigrar para Jacarta que, naquela época, era concessão holandesa. Tentaram, mas não deu certo. Tentaram vistos americanos, não conseguiram. Meu pai sempre foi muito boêmio, gostava da noite. Tinha alguns companheiros em Xangai, entre os quais havia um cônsul honorário brasileiro (não lembro o nome e não achei referência). Este, ao perceber que na China a situação ficaria difícil com Mao, convidou meu pai vir ao Brasil. Eles aceitaram.

Nossa viagem ao Brasil foi com peripécia, porque embarcar no avião em Xangai para o Brasil, naquela época, não era nada fácil, era uma aventura. Em um dos trechos, o avião teve que pousar no Cairo. Era fevereiro de 1949. Aí, minha família e eu fomos presos, porque na imigração no Cairo acharam que éramos parentes do Moshe Sharett, primeiro-ministro de Israel, cuja existência o Egito recusava à época. A prisão durou só 24 horas. Não sei se houve esclarecimento ou suborno. De lá, fomos a Roma onde ficamos por dois meses e onde a família toda se reuniu por algum tempo até acertar nossa viagem para o Brasil.

Quando chegamos a São Paulo, ficamos hospedados no Hotel Esplanada, atrás do Municipal, onde hoje está o Grupo Votorantin. Fomos recebidos por várias famílias de judeus russos e poloneses. Muitos se tornaram nossos amigos, tanto que estiveram no meu casamento com Clarice Bergwerk, em 3 de agosto de 1974 (...). Viemos em um avião de dois andares, chamado “Presidente, um modelo” que tinha 18 ou 20 leitos no andar de cima. Chegamos em abril de 1949, direto de Roma, com parada em Recife e no Rio de Janeiro, e, finalmente, em São Paulo. A família de Arão Sahm, o construtor, era também de lida que chegou bem antes da guerra. Ele tinha se comunicado com meu pai. O primeiro negócio que meu pai fez no Brasil foi construir 30 casas na zona norte com ele. Deu certo, mas o negócio era relativamente pequeno.

Entramos no Brasil com visto de permanência. O passaporte era de apátrida, amarelo, comum na época. Hoje a ONU é que emite passaportes para refugiados. Aqui você vê, no passaporte já diz ir e voltar em regime de permanência. O visto de permanência não é definitivo. Assim que foi possível pediram cidadania, concedida em 1954. Posso dizer que foi o único ato importante de Nereu Ramos como presidente do Brasil naqueles poucos meses. Meu pai e meu avô sempre foram muito aventureiros (hoje seriam chamados empreendedores). Na China ou na Polônia, o Brasil não tinha boa imagem. A única imagem que circulava do Brasil era a do Zé Carioca, do desenho Disney, e da Carmen Miranda. Não havia outra informação. Lembro-me de que Léon Chertok, primo de meu pai, já como cidadão francês no pós-guerra, enviava cartas para o meu pai e brigava com ele, dizendo: “Como você deixa seu filho crescer nessa selva?”. Leon Chertok costumava escrever para meu pai aconselhando-o a enviar-me para Paris. E quando ele veio para o Brasil, uma única vez em 1961, odiou (...). Mas, enfim, acabei estudando no Colégio Rio Branco, depois Fundação Getúlio Vargas e Faculdade de Direito São Francisco da Universidade de São Paulo, e, finalmente, Columbia em Nova York.

A primeira impressão que eles tiveram quando chegaram ao Brasil foi muito boa. Deixamos o Hotel Esplanada e alugamos uma casa numa travessa da Gabriel Monteiro. Era um bairro maravilhoso, 100% residencial, sem comércio. Meus pais frequentavam a Beit El nos feriados judaicos. Quase todos os judeus de nossos contatos frequentavam somente nesses dias. Mais tarde, alguns russos criaram um boteco na Rua Treze de Maio, com o originalíssimo nome de Balalaika, onde dançavam, caíam bêbados, quebravam pernas, braços (...). Um episódio curioso aconteceu em 1954, quando o presidente Getúlio Vargas se suicidou (...). Diante desses fatos, meu pai já estava preparando as malas para ir embora, porque achava que, a todo lugar que chegavam, os comunistas vinham e tomavam conta. Na Lituânia, Stalin; em Xangai, Mao. E, agora, no Brasil, os comunistas iriam tomar conta depois da morte do Getúlio. Eles já estavam se preparando para sair. Aí os amigos brasileiros morriam de rir, davam gargalhadas: “Imagine (...) você está no Brasil! Aqui não acontecem essas coisas!” – e eles realmente acabaram ficando. Nessa época, meu pai já ia bem nos negócios.

Concluí meu último curso em 1975, em finanças. Basicamente, atuei como empresário com negócios próprios e fiz parte de alguns conselhos. Casei-me com Clarice Bergwerk, namoro de escola, cuja família havia emigrado direto da Alemanha (Leipzig) em 1938. Temos dois filhos: Mauro, que se tornou rabino ultraortodoxo, e Alexandre, que emigrou para os Estados Unidos, onde constituiu família. Oito netos por enquanto (Czertok).

Assim recebi uma passagem para viajar ao Brasil pelo navio Jamaïque, muito bom. Viajei durante 14 dias, sem querer sair do navio. Eu estava feliz! Diverti-me muito: fiquei no mastro, dormi em cima, fiz amizades, jogava pingue-pongue (...). Todo mundo pensava que eu era passageiro da primeira classe. Eu estava sempre rindo porque não é fácil ter humor na miséria. A pior coisa dessa história toda é que a fome não podia me matar, de maneira nenhuma. A pior coisa do mundo é sentir fome! Bem, quando eu cheguei ao Rio de Janeiro, dois tios estavam me esperando: um tio bom e o outro mais ou menos. Bem ou mal, levaram-me de trem para Campos, no Estado do Rio, viajando durante quatro ou cinco horas a noite toda. Na casa deles, encontrei sete crianças, sendo quatro mulheres. Lembrei-me da minha casa. E eu praticamente me tornei aquele padrinho deles todos que acabaram trabalhando nas minhas fábricas. Casei-me com Fanny que era muito esperta: ela pegou uma máquina de costura e começou a ajudar na costura.

Naquela época, eu tinha os carros mais lindos do mundo, novos. Frequentei a Christian Dior em Paris, as feiras de São Paulo, exportei para os Estados Unidos. Enfim, a minha fábrica seguia o modelo parisiense e ocupava dois prédios em Benfica [bairro do Rio de Janeiro]. Minha esposa ajudava a preparar as costuras e as costureiras executavam. Assim a fábrica cresceu, se modernizou, ganhou maquinário novo até a hora que chegou o “Made in China”. A fábrica acabou! (...) Confesso que não tive coragem de assistir ao filme A lista de Schindler, porque acho que não seria bom para mim que conheço a história de perto. Sei que o filme

tem falhas, pois conheci aquela realidade, passei por essa lama, mas eu saí dela. Por que eu vou rever? (Freihof).

Permanecemos em Lisboa por três meses até a chegada do navio Cabo de Hornos, um cargueiro espanhol, que carregou 600 e poucas pessoas. Esse navio foi o penúltimo que saiu da Europa para a América do Sul. Interessante que anos depois, quando já estávamos estabelecidos em São Paulo, encontrei várias pessoas que conheci no navio. Há até uma senhora que mora perto da minha casa, francesa, que viajava com sua família fugindo da França. Durante a viagem, não se podia saber quem portava um visto permanente, de turista ou como “Judeu do Vaticano”. O medo de tudo era tão intenso que nem conversávamos sobre o assunto, nem sobre como cada um chegara até aquele navio (...). Chegamos a Santos no dia 13 de maio de 1941. Só depois de muito tempo minha mãe ficou sabendo que existiam outros “Judeus do Vaticano” morando em São Paulo. Mas havia um acordo tácito, silencioso, de não se comentar nada. De Santos, estabelecemo-nos em Varginha por pouco tempo e viemos para São Paulo. Em fins de 1944, em um baile do Macabi, conheci Bertha Gruman – cuja família tinha vindo da Romênia em 1925 – e logo nos apaixonamos. Ficamos noivos em 20 de maio de 1945 e nos casamos em 21 de outubro de 1945 (...). Posteriormente comecei a trabalhar com meu cunhado que tinha uma indústria de camisas e pijamas, e logo me tornei sócio. Paralelamente, comecei a atuar como incorporador, construindo prédios. Eu sempre quis estudar, mas só tive oportunidade de fazer o supletivo e a Faculdade de Direito com 62 anos.

Lembro-me de que, em 1997, passávamos um fim de semana prolongado no sítio de um casal de amigos. Uma tarde, meu amigo e anfitrião lia um livro quando me chamou: “Markus, você foi judeu do Vaticano? Olha o seu nome aqui, neste livro”. Tratava-se do livro *Os judeus do Vaticano*, de autoria do historiador Avraham Milgram. Senti um misto de choque, surpresa, constrangimento e nenhum orgulho por ter evitado transmitir às minhas filhas qualquer sentimento negativo que pudesse refletir na formação delas. Quando eu soube que éramos alguns daqueles “Judeus do Vaticano”, fiquei surpreso, pois jamais poderia imaginar que aqueles documentos, que haviam sido comprados através de propina, tinham sido registrados oficialmente no Vaticano. Infelizmente, pouca gente havia conseguido. Além do meu nome, lá estavam os nomes dos meus pais e irmãos. Para ser mais preciso, os nomes constavam da relação dos vistos autorizados pela embaixada do Brasil na Santa Sé aos israelitas batizados católicos em conformidade com a Resolução nº 39, de 23 de junho de 1939, editada pelo Conselho de Imigração e Colonização. Na coluna correspondente à Missão Diplomática ou Consulado, constava a embaixada do Brasil em Roma, sendo 26 de fevereiro de 1941 a data da emissão dos vistos. Com a publicação desse livro de Avraham Milgram, não adiantava mais continuar escondendo a história de nossa vinda para o Brasil, enfim uma “viagem para a salvação”. Ao mesmo tempo, eu consegui compreender coisas que, até então, se mantinham confusas e nebulosas em minha memória. Naquela época, e por muito tempo depois, o medo e a luta pela sobrevivência eram tão grandes que evitávamos, entre nós, conversar sobre tudo aquilo que havíamos vivido. A verdade é que hostilidade ostensiva não sentimos desde 1941 até os dias de hoje, pelo menos nada que se parecesse, nem de longe, com o que vivemos na Europa. Para nós, o Brasil era um paraíso, pois aqui podíamos trabalhar, e era possível sonhar com o futuro (Gottlieb).

Um dia, os judeus russos mandaram que nos juntássemos na casa deles. Então, fomos para lá e ali ficamos por bastante tempo. Foi quando conheci Berek Jakubowicz, que depois se tornou meu marido. Éramos da mesma cidade e nos conhecíamos desde criança. Casamo-nos e fomos para a Alemanha. Resolvemos vir para o Brasil, mas, como eu estava grávida, paramos na França (...). Meu marido tinha uma irmã chamada Haika Ickowicz que vivia aqui no Brasil e que o havia chamado para vir para cá. Deveríamos pegar o navio e vir para São Paulo. Ela estava casada com um homem muito rico, rico, mas não nos ajudou. Estávamos vindo para o Brasil quando fecharam a imigração na época do presidente Getúlio Vargas. Eu estava grávida, e a minha filha Sara nasceu em Paris. Como a imigração

estava impedida, não conseguimos sair da França onde permanecemos 14 meses, sustentados pelo Joint que nos dava dinheiro. Chegamos até mesmo a visitar um cassino. Tudo era dado pelo Joint. Passeamos por todos os lugares acompanhados por um primo do Berek que morava em Paris, de cujo nome não me recordo.

A passagem foi mandada pelo Joint saindo de Lyon, na França, onde pegamos o um navio português, um navio de guerra. Nossa viagem demorou 32 dias, com pouca comida, pois o navio estava voltando da guerra (...). Mas dançávamos muito! Era todo mundo alegre. Nós dançávamos, cantávamos. Eram todos jovens, mais ou menos da mesma idade, e estávamos vindo para o Brasil! (...) Chegamos ao Brasil em 17 de novembro de 1946. Em São Paulo, meu marido Berek foi vender guarda-chuva da marca Jardim, que era o nome da fábrica. Tia Haika nos alugou uma casa com a condição de pagarmos o aluguel. A minha família cresceu. Hoje tenho duas filhas, seis netos e 14 bisnetos. Berek morreu em 12 de janeiro de 1996.

Uma coisa que me marcou muito foi a união, união com as minhas irmãs, pois sempre estivemos juntas (...). Nunca nos separamos. Isso eu sempre faço questão de contar (Jakubowicz).



Fot. 6.

Fot. 6. Passaporte de Dina Jakubowicz, 19.2.1947. Acervo: Jakubowicz/SP; Arqshoah-Leer/USP.
Jakubowicz/SP; Arqshoah-Leer/USP



Fot. 7.

Fot. 7. Passaporte de Berek Jakubowicz, 19.3.1947.

Jakubowicz/SP; Arqshoah-Leer/USP

Após algum tempo, Césia e eu saímos de Lipa e fomos para Krasnik, depois a Lublin e nos estabelecemos em Gleivitz. Em seguida, Esther e Sloma, já afastado do Exército, vieram morar conosco. Finalmente, éramos uma família, ainda que incompleta. A guerra tinha acabado, mas faltava encontrar meu pai, o último possível sobrevivente da família, pois já tínhamos conhecimento do terrível destino da nossa mãe e dos nossos cinco irmãos. Graças às informações obtidas com uma pessoa que passou pela cidade e também por meio de uma lista emitida por uma entidade, soubemos que papai sobrevivera e estava em Felderfink, um campo de refugiados próximo a Munique, na Alemanha. Sloma e Césia, em abril de 1946, foram à Alemanha encontrar nosso pai, que estava internado num campo de refugiados pesando apenas 45 quilos. Assim que o encontraram, nos escreveram e, Esther e eu, resolvemos sair da Polônia, que passaria a ser regida pelo comunismo, e ir à Alemanha para viver com os nossos dois irmãos e reencontrar nosso pai.



Fot. 8.

Fot. 8. Casamento de Samuel Klein com Chana Wangerin. Berlim, 31.12.1949. Fotógrafo não identificado
ISK/SP; Arqshoah-Leer/USP

Em Munique, passei a trabalhar como comerciante, viajando seguidamente para Berlim, comprando e vendendo produtos para os soldados americanos. Em janeiro de 1949, em Berlim, conheci Chana Wangerin, uma jovem alemã por quem me apaixonei. Neste mesmo ano, meu pai, a filha Esther e seu marido e Mordechai, partiram para Israel; Sloma e Césia foram para os Estados Unidos. Instalei-me em Berlim e, em 31 de dezembro de 1949, casei-me com Chana Wangerin. Em 1950, abrimos a loja Freie Genuss Lebensmittel, especializada em delicatessen e alimentos. Nesse mesmo ano nasceu Michael, nosso primeiro filho. Decidimos que era hora de buscar outro lugar para viver. Foi quando aceitamos a sugestão de amigos para emigrarmos para a Bolívia, país que nos era totalmente desconhecido.

Em 27 de dezembro de 1951, após uma longa viagem de trem desde a Alemanha, embarcamos em Gênova, no vapor Provence, para a Argentina. Dali partimos de trem para La Paz, capital da Bolívia, onde permanecemos por pouco tempo em razão da instabilidade política. Decidimos que não iríamos criar Michael em um clima de insegurança e medo. Assim, optamos por morar no Brasil, para onde fui sozinho no início de junho de 1952, indo viver provisoriamente com a tia Hinda, irmã da minha mãe, radicada no Rio de Janeiro. Somente após conseguir obter os documentos necessários para a minha permanência no Brasil é que mandei trazer Chana e o nosso filho, que chegaram 40 dias depois. Chana e Michael desembarcaram no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com os passaportes expedidos em Munique (Alemanha), visados em La Paz (Bolívia).



Fot. 9.

Fot. 9. Ficha consular de qualificação de Samuel Klein emitida pela embaixada do Brasil na Bolívia. La Paz, 24.7.1952
Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah-Leer/USP



Fot. 10

Fot. 10. Ficha consular de qualificação de Chana Wangerin de Klein emitida pela embaixada do Brasil na Bolívia. La Paz, 23.10.1952.
Arquivo Nacional/RJ; Arqshoah-Leer/USP

Após alguns meses, resolvemos vir para São Paulo, onde tinha mais possibilidades de trabalho. Em São Paulo reencontrei um conterrâneo de Berlim, que me levou a São Caetano do Sul, onde trabalhava como mascate, sendo incentivado a trabalhar da mesma forma. Fiz contato com um desses mascates, judeu, que me vendeu os seus contatos, cerca de 200 clientes, o suficiente para iniciar o meu trabalho. De imediato eu trouxe a família para São Caetano, onde comeci a trabalhar como mascate, profissão que a maioria dos judeus adotou ao chegar ao Brasil. De porta em porta, eu vendia roupas de cama, mesa e de banho, mercadorias que comprava no bairro do Bom Retiro em São Paulo. Como era de se esperar de um imigrante

polonês, eu tinha dificuldade com a língua, mas com simpatia consegui ampliar a minha clientela.

Em meados da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a indústria automobilística ganhou impulso e se instalou em São Paulo, atraindo centenas de migrantes do Norte e Nordeste para trabalhar. Percebendo que eles tinham dificuldades de adaptação ao clima procurei incrementar as minhas vendas oferecendo cobertores aos recém-chegados. Aos poucos, a vida foi melhorando e a minha família cresceu com o nascimento de Saul, Eva e Oscar. Durante os cinco anos seguintes consegui juntar a quantia suficiente para adquirir uma loja de um conterrâneo, Aarão Wasserman. Assim nasceu a Casa Bahia, uma homenagem aos meus clientes nordestinos que viviam em São Caetano do Sul. Em 1º de janeiro de 1958, a Casa Bahia reabriu suas portas, sob a minha direção, com várias linhas de produtos. A empresa cresceu e se tornou Casas Bahia, exigindo muito esforço e trabalho. Nesse mesmo ano chegaram ao Brasil Marie e Ilse Wangerin, mãe e irmã de Chana. Ilse ajudou a implantar os setores contábil e de cobrança da loja e eu continuei com os meus funcionários vendendo de porta em porta (Klein).

Conclusões

A partir desses fragmentos selecionados da Base de Dados Arqshoah procuramos enfatizar as narrativas dos poloneses de origem judaica que, na condição de refugiados do nazismo e sobreviventes do Holocausto, conseguiram chegar no Brasil e estabelecer-se permanentemente. Suas histórias de vida reconstituem suas vivências na Polônia nos tempos da guerra, expondo ao leitor as razões da fuga, detalhando as peripécias que marcaram as tentativas de sair da Polônia até chegar no Brasil. Esses testemunhos extrapolam o conceito de “memórias sobre a guerra” para alcançar o status de “memórias de um genocídio”, lembranças marcadas pela vida difícil nos guetos e pelos horrores vivenciados nos campos de concentração/extermínio. Alguns poucos exemplos, aliás, valiosos, demonstram como atuaram as frentes de resistência armada por parte dos judeus poloneses que conseguiram sobreviver e chegar, anos depois, até o outro lado do Atlântico. São “falas” raras, carregadas de heroísmo e coragem.

Fica evidente, na maioria dos testemunhos aqui citados, que apesar da situação dos judeus poloneses não ser fácil, devido ao crescente antissemitismo, a maioria deles nunca planejou ou realizou a saída da Polônia até o momento da ocupação nazista. Ninguém, na verdade, acreditava que pudesse acontecer tamanha tragédia com as dimensões de crime contra a Humanidade. Na Polônia ocupada pelos nazistas, os judeus ficaram praticamente e totalmente dependentes da ajuda oferecida por indivíduos que por isso também corriam risco de vida. Mesmo assim, os laços da solidariedade humana permitiram salvar a esperança e – as vidas. Como afirma Del Priore (2009, 10): “O indivíduo não existe só. Ele só existe numa rede de relações sociais”. Em meio à turbulência e ao terror institucionalizado, isso permitiu a sobrevivência e para os poucos sobreviventes, o Brasil, como destino, despontou por pura coincidência, vislumbrado como um porto seguro, apesar dos tempos sombrios.



Fot. 11.

Fot. 11. As autoras no evento da apresentação do dossiê sobre os refugiados do Holocausto – poloneses de origem judaica, na Universidade de São Paulo, Brasil, 14 de junho de 2016 (segunda à esquerda: Maria Luiza Tucci Carneiro, terceira à direita Renata Siuda-Ambroziak).

Referências

- Carneiro Tucci, M.L. (1996). Brasil, um refúgio nos trópicos. A trajetória dos refugiados do nazi-fascismo, São Paulo: Estação Liberdade.
- Carneiro Tucci, M.L. (2001). O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração, 1930--1945, 3ed. São Paulo: Perspectiva.
- Carneiro Tucci, M.L. (2010). Cidadão do Mundo, O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo. São Paulo: Perspectiva.
- Carneiro Tucci, M.L., Mizrahi, R. (orgs.), (2017). Vozes do Holocausto. Histórias de vida dos refugiados e sobreviventes da Shoah, t. 1, 2. São Paulo: Editora Maaynot.
- Del Priore, M. (2009, jul-dez.). Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Revista Topoi, 10 (19), 7-16.
- Flüsser, V. (2007). Bodenlos: uma autobiografia filosófica. Revisão técnica: Ricardo Bernardo. São Paulo: AnnaBlume.
- Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Vozes.
- Koifman, F. (2002). Quixote nas trevas: O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record.
- Lasch, C. (1986). O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense.
- Lesser, J. (1995). O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago.
- Milgram, A. (org.). (2003). Entre la aceptación y el rechazo. América Latina y los refugiados judíos del nazismo. Jerusalém: Yad Vashem.
- Nora, P. (1984) Les lieux de mémoire. Trad. Ana Paula Goulart Ribeiro. Paris: Gallimard.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, 2 (3), 3-15.
- Ricouer, P. (1994). Tempo e narrativa, t. I. São Paulo: Papyrus.

Notas

- [2] Entrevista concedida por Arie Czertok a Rachel Mizrahi, São Paulo, 21.3.2014.

- [3] Entrevista concedida por Ben Abraham a Rachel Mizrahi, São Paulo, 18.10.2012.
- [4] Entrevista concedida por Josef Freihof a Sarita Mucinic Sarue, Rio de Janeiro, 8.7.2015.
- [5] Entrevista concedida por Markus Gottlieb à sua filha Liana Gottlieb e ao seu neto André Ganc; reconstituída por Tucci Carneiro, São Paulo, 3.2.1999.
- [6] Entrevista concedida por Dina Jakubowicz a Rachel Mizrahi, São Paulo, 5.7.2011.
- [7] História de vida reconstituída a partir da entrevista concedida por Samuel Klein a Maria Luiza Tucci Carneiro. São Caetano do Sul, 2001, ampliada com outros testemunhos disponíveis na internet.
- [8] Relato escrito por Wolf Litwak em que conta parte de suas memórias como partisan na Polónia durante a Segunda Guerra Mundial. Autorizado em 5.8.2017.

Autor notes

- [*] Maria Luiza Tucci Carneiro, Professor Sênior do Departamento de História, FFLCH-Universidade de São Paulo, Livre-Docente em Ciências Humanas, coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação LEER-USP. E-mail: malutucci@gmail.com.
- [**] Renata Siuda-Ambroziak, Doutora em Filosofia Social, Professora do Centro de Estudos Americanos do Instituto das Américas e Europa da Universidade de Varsóvia, Vice-Diretora do Instituto. Bolsista da CAPES/Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: r.siuda@uw.edu.pl.